



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 7 ABR 11 04 012771

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS 208/91

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º \_\_\_\_\_

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que  
"dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras pro-  
vidências".

DESPACHO: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CONSTITUIÇÃO E  
JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II

AO ARQUIVO em 27 de 04 de 1999

## DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19 \_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 2713 DE 1992

# SINOPSE

Projeto n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

Ementa: \_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

Vetado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 2.713, DE 1992

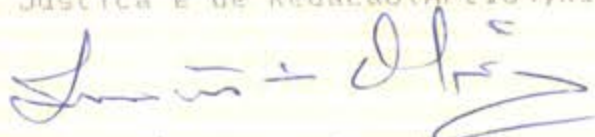
(DO SENADO FEDERAL)

PLS 208/91



Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54) - ART.24, II).



Em 07 / 04 / 92.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2713/92  
Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036,  
de 11 de maio de 1990, que "dispõe  
sobre o Fundo de Garantia do Tempo de  
Serviço e dá outras providências".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

"Art. 10 - .....

I - .....

II - .....


III - .....

Parágrafo único - O volume de recursos a serem aplicados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em conjunto, não poderá ser inferior a quarenta por cento do total dos recursos arrecadados pelo Fundo."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 7 DE ABRIL DE 1992



SENADOR MAURO BENEVIDES  
PRESIDENTE



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do  
Tempo de Serviço e dá outras provi-  
dências.

Art. 10 - O Conselho Curador fixará diretrizes  
e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do  
FGTS, visando a:

- I - exigir a participação dos contratantes de  
financiamentos nos investimentos a serem realizados;
- II - assegurar o cumprimento, por parte dos  
contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financia-  
mentos obtidos;
- III - evitar distorções na aplicação entre as  
regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a  
população e outros indicadores sociais.



PROJETO DE LEI Nº 2713/92

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

"Art. 10 - .....

I - .....

II - .....

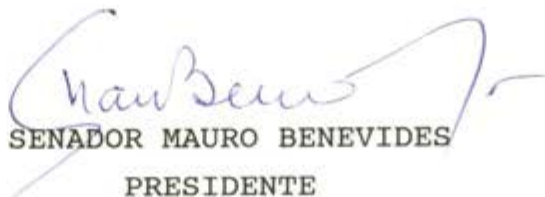
III - .....

Parágrafo único - O volume de recursos a serem aplicados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em conjunto, não poderá ser inferior a quarenta por cento do total dos recursos arrecadados pelo Fundo."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 7 DE ABRIL DE 1992

  
SENADOR MAURO BENEVIDES  
PRESIDENTE



S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1991

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

Apresentado pelo Senador IRAM SARAIVA

Lido no expediente da Sessão de 11/6/91 e publicado no DCN (Seção II) de 12/6/91. À Comissão de Assuntos Econômicos (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicado e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 24/3/92, é aprovado o parecer do relator, favorável ao projeto.

Em 26/3/92, leitura do Parecer nº 52/92-CAE, relatado pelo Senador Beni Veras, pela aprovação do projeto. A Presidência comunica ao Plenário ao recebimento do Ofício nº 07/92, do Presidente da CAE, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 24.03.92. É aberto o prazo de cinco dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário.

Em 02/4/92, a Presidência comunica ao Plenário o término do prazo sem apresentação do recurso para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

À Câmara dos Deputados com o OF/SM nº 173, de 7.4.92

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 7 ABR 11 04 012771

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL




SM/Nº 173

Em 7 de abril de 1992

Senhor Primeiro Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1991, constante dos autógrafos em anexo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

  
SENADOR DIRCEU CARNEIRO  
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 91 Ao Senhor  
Secretário de Estado do Rio de Janeiro  
Deputado INTERVALLO DE LIMA  
Segundo Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA  
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
vpl/.



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 208, DE 1991

Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 10 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

"Art. 10. ....

I — ....

II — ....

III — ....

Parágrafo único. O volume de recursos a serem aplicados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em conjunto, não poderá ser inferior a 40% (quarenta por cento) do total dos recursos arrecadados pelo Fundo."

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O presente projeto objetiva estipular um patamar mínimo de aplicação de recursos do FGTS nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, reconhecidas como as mais carentes de investimentos e de programas públicos na área social.

Ao fixar como áreas de aplicação dos recursos do FGTS a habitação popular, o saneamento básico e a infra-estrutura urbana, a Lei n.º 8.036/90 preceitua, em seu art. 10, III, que a aplicação dos recursos

do Fundo deverá "evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais".

Ora, tais critérios, se aplicados à risca, carrearão para as três regiões mencionadas um volume de recursos muito superior ao que efetivamente vem sendo aplicado nessas regiões mais carentes.

Assim sendo, estamos propondo a modificação da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, para que fique explícita, na redação do dispositivo que regula a aplicação dos recursos do Fundo (art. 10), a exigência de aplicação de, no mínimo, 40% do total de recursos do FGTS nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

O critério nos parece justo, por reservar 60% às regiões mais populosas (Sul e Sudeste), fixando o patamar mínimo de 40% como regra de política social voltada para a atenuação das carências das três regiões que ostentam os mais débeis indicadores sociais.

Assim sendo, contamos com a sensibilidade social e espírito público dos ilustres Pares nesta Casa, para que a proposição receba o apoio imprescindível a sua conversão em diploma legal, com o que estaremos contribuindo para o aprimoramento da legislação social e a equidade das políticas sociais em nosso País.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991. — Senador Iram Saraiva.

(A Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

Publicado no DCN (Seção II), de 12-6-91



SENADO FEDERAL



PARECER Nº 52, DE 1992

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,  
sobre o Projeto de Lei do Senado nº  
208, de 1991, que acrescenta disposi-  
tivo à Lei 8036, de 11 de maio de  
1990, que "dispõe sobre o Fundo de Ga-  
rantia do Tempo de Serviço e dá outras  
providências".

RELATOR: Senador BENI VERAS

Chega a esta Comissão, para exame em caráter termina-  
tivo, o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Senador Iram Sa-  
raiva, acrescentando, ao artigo 10 da Lei 8036, de 1990 (Fundo de  
Garantia do Tempo de Serviço - FGTS), parágrafo único que estabelece  
critérios regionais para aplicação dos recursos do FGTS.

A modificação proposta consiste em determinar que se-  
jam aplicados, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em con-  
junto, no mínimo 40% (quarenta por cento) dos recursos arrecadados  
pelo Fundo, de modo a evitar distorções no atendimento às necessida-  
des regionais de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

Argumenta o autor, na justificção, que o critério  
proposto busca atenuar as diferenças regionais de renda e riqueza,  
mediante o estímulo a políticas sociais voltadas para as regiões de  
maiores elevados índices de pobreza, sem contudo deixar de reservar,  
para as demais regiões, parcela significativa dos referidos recur-  
sos. (sessenta por cento).

A proposta reflete uma preocupação justa e pertinen-  
te. Com efeito, ao fixar as diretrizes e os critérios orientadores  
do Orçamento Plurianual do Fundo para o período 1991-95, o Conselho

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PLS 208/1991  
Rel. 15



SENADO FEDERAL



2


Curador do FGTS destinou 41,88% dos recursos para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte e determinou a distribuição de 58,12% dos mesmos às demais regiões. (conforme Resolução nº 25, de 26 de Outubro de 1990, do Conselho Curador do FGTS).


Ressalte-se, ainda, que o Projeto não foi objeto de emendas, no prazo regimental, assim como nada contém que impeça sua acolhida por esta Comissão, do ponto de vista constitucional, jurídico, regimental e de técnica legislativa.

Deste modo, propõe-se sua acolhida, por esta Comissão, nos termos em que está posto.


É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1992.


  
Maurício Corrêa

  
Raimundo Lira

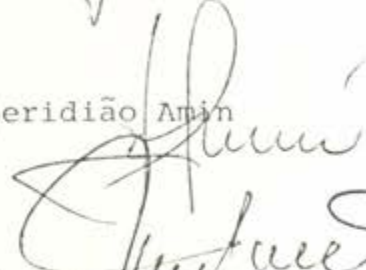
, Presidente


  
Bení Veras

, Relator

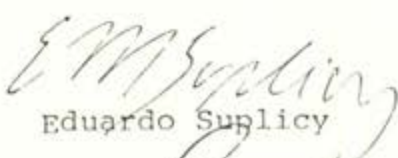
  
César Dias

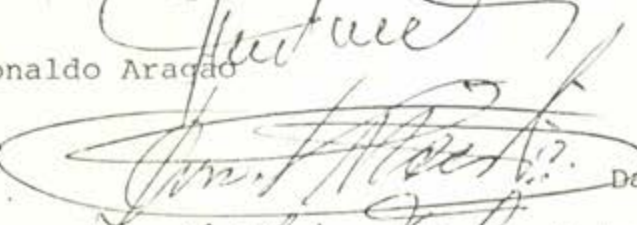
  
Mario Covas

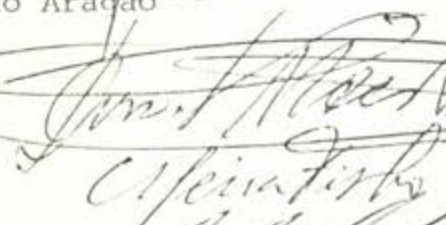
  
Esperidião Amin

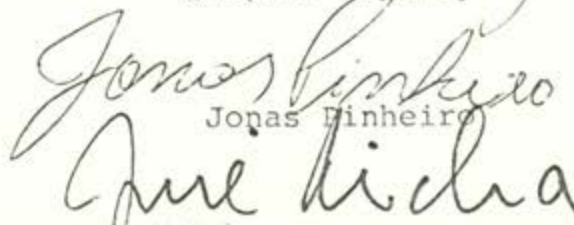
  
Levy Dias

  
Ronaldo Araújo

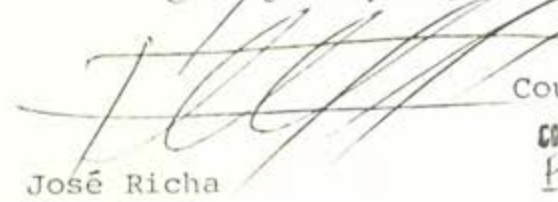
  
Eduardo Suplicy

  
Dario Pereira

  
Meira Filho

  
Jonas Pinheiro

  
Coutinho Jorge

  
José Richa

COMISSÃO DE COMISSÕES PERMANENTES  
PLS. 208  
1991



CÂMARA DOS DEPUTADOS

22/04/92

Secretaria-Geral da Mesa

fl. 1

PROPOSIÇÃO : PL. 2713 / 92 DATA APRES.: 07/04/92  
AUTOR : SENADO FEDERAL Nr.Origem: PLS 0208/91

Acrescenta dispositivo a Lei no. 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da outras providências.

AUTOR NA ORIGEM : IRAM SARAIVA - PDT /GO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI Nº 2.713/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 01 / 06 / 92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 08 de junho de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana  
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI Nº 2.713/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 01 / 06 / 92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 08 de junho de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana  
Secretário